



RETIFICAÇÃO

Onde se lê:

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBUQUERQUE, C. M. de.; Medeiros, M. B.; Silva, P. H. F. da. **Gestão de finanças públicas**. 2. ed. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República de 1988**. CAPÍTULO VII (somente os artigos 37 a 41).

BRASIL. Lei **Complementar nº 101, de 4 de maio 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria Normativa nº 05, de 19 de dezembro de 2002**. Publicada no DOU de 23/12/2002 e republicada no DOU de 27/12/2002. Dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo, no âmbito da Administração Pública Federal, para os órgãos e entidades Integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior.– 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.



MAXIMIANO, A. C. A.. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública**: foco nas Instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas. 2008.

REZENDE, F. A. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, C. S. dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Leia-se:

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBUQUERQUE, C. M. de.; Medeiros, M. B.; Silva, P. H. F. da. **Gestão de finanças públicas**. 2. ed. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República de 1988**. CAPÍTULO VII (somente os artigos 37 a 41).

BRASIL. Lei **Complementar nº 101, de 4 de maio 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.



BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior.– 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

MAXIMIANO, A. C. A.. **Teoria Geral da Administração:** da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública:** foco nas Instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas. 2008.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.677, de 7 de outubro de 2015.
http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/outros_normas/portaria-1677.pdf. Acesso em 12 de julho de 2016.

REZENDE, F. A. **Finanças públicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, C. S. dos. **Introdução à gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.